

## INTERSECÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E LINGUAGEM EM HABERMAS

Luís César Alves Moreira Filho<sup>1</sup>

### Resumo

O conhecimento no pensamento habermasiano é indissolúvel com a socialização junto à verdade dentro da lógica do discurso na comunidade linguística, o qual reporta a uma aproximação com as fases do desenvolvimento da consciência moral na identidade do eu, assim sugere uma análise temática sobre HABERMAS (1989a, p. 27) na questão da filosofia salvífica numa concepção integrada do conhecimento seja na tradição kantiana iniciada na *Estética transcendental*, da *Crítica da razão pura* com Aristóteles livro 1, 3, 250, da *Ética a Nicômaco*. Como seria possível essa relação consciente entre Kant e Aristóteles no entendimento (*Verständigung*) como aproximação? Nesse sentido o entendimento ocorre numa determinada forma da expressão linguística idêntica entre dois ouvintes que compreendem da mesma maneira o significado em sua regra ou sem muita exatidão aponta para um acerto da expressão que permite um acordo entre dois ouvintes, o qual deve ser mutuamente reconhecido seja na respectiva cultura ou no acerto da expressão em relação às distintas comunidades linguísticas em busca de uma identidade bilíngue. Sendo assim o artigo faz uma análise a partir das obras de Habermas, tendo em vista a questão da relação entre conhecimento, linguagem e a universalidade científica.

**Palavras-chave:** Linguagem; Conhecimento; Consciência; Cultura.

### Introdução

A identidade do eu está inserida no desenvolvimento desse eu no interior das três capacidades do sujeito: conhecimento, linguagem e ação (HABERMAS, 1983, p. 15), neste sentido não é uma relação dualista do sujeito com o objeto, mas triáxica entre sujeito e o mundo social que implica uma teoria do reconhecimento. A relação sujeito e objeto presente na consciência numa perspectiva não linguística presente no psicologismo lógico<sup>2</sup> que trata da sua gênese passa a ser tratado como consciência hermenêutica (HABERMAS, 1987b, p. 32-33); consequentemente, resgata a teoria mecanicista sem a ideia do vácuo decorrente da retirada do conceito kantiano da *coisa em si* (KAUARK-LEITE, 2014, p. 192). Com a consciência próxima ao conhecimento leva a relação: linguagem, conhecimento e a cultura.

O conhecimento dotado de uma direção constitui-se como fator importante para o desenvolvimento das culturas, com isso, Habermas faz uma abordagem peculiar em *Conhecimento e interesse* (1968), no caso como estabelecer uma renovada relação com a

---

<sup>1</sup> Mestre em filosofia

<sup>2</sup> O termo utilizado pela virada linguística refere-se à percepção ou construção do acesso sobre o mundo através da investigação com base na: mente, consciência e constituição do eu, a exemplo da síntese que gera a unidade da representação que numa atitude autorreflexiva permite o acesso epistêmico a coisa que eu sou (BROOK, 2014, p. 74).

Estética transcendental<sup>3</sup>. Essa obra indica uma distinção entre espaço e tempo, pois as estruturas da intersubjetividade da linguagem entre diversas culturas são limitadas no tempo:

As condições da objetividade da experiência, as quais podem ser clareadas em uma *teoria da constituição de um objeto*, não são idênticas com as condições da argumentação que podem ser clarificadas em uma *teoria da verdade*, através da qual a lógica do discurso é desenvolvida; mas elas estão, assim mesmo, em contato por meio das estruturas da intersubjetividade da linguagem. (HABERMAS, 1987a, p. 337).

O espaço e tempo em Kant formam a *teoria da constituição de um objeto* que se apresenta como fenômeno sem dispensar no ato elementar da linguagem em termos representação dos jogos de linguagem limitados no espaço territorial de uma comunidade linguística; por causa disso, estão limitados numa evolução social e a “Nossa discussão será adequada se tiver tanta clareza quanto comporta o assunto, pois não se deve exigir a precisão em todos os raciocínios por igual, assim como não se deve buscá-la nos produtos de todas as artes mecânicas.”<sup>4</sup> (Ética Nicômaco, 1, 3, 250, b, 1).

Nesta relação vou procurar de modo retórico explicar dedutivamente processos que não posso manipular objetivamente, pois provas científicas são evidências manipuláveis espacialmente de modo incontestável que por si são verdadeiras independente da minha situação psicológica ou representação linguística devido à condição de controle, correção e previsão. Portanto, o princípio racional daqueles que agem de acordo com o conhecimento partilhado desses assuntos produz grande vantagem e cabe a escolha dos indivíduos em utilizar esse conhecimento reconhecido socialmente.

Tal concepção não exclui a interpretação cultural restrita a teoria do significado como não se restringe ao ato elementar da linguagem, pois sua validade é universal numa global representação sem cair no relativismo numa falta de conteúdo (BROOK, 2014, p. 66, 73). Assim a grande variação das opiniões com suas flutuações consideram-se apenas nas convenções, nesse sentido um postulado investigado pela ciência política na procura da ação justa e bela parte das idiosincrasias sociais, pois a natureza não se comunica nem encontramos nela uma convenção própria das sociedades que evidenciam um conhecimento partilhado distinto dentro das interpretações culturais. A procura por ações belas e justas

---

<sup>3</sup> “Da perspectiva de uma filosofia transcendental transformada (no sentido de Apel), existem ainda duas renúncias exigidas pela recepção analítica de Kant que nos parecem precipitadas: a renúncia ao conceito de constituição da experiência e a renúncia a um tratamento explícito do problema da validade. Na nossa opinião, as reservas relativas a um forte apriorismo de forma alguma exigem que nos limitemos a uma análise *lógica-semântica* das condições de possíveis experiências.” (HABERMAS, 2002b, p. 41-42).

<sup>4</sup> 1094b 10-15.

numa ciência política remete a sua falta de objeto claro na figura do  $\acute{\alpha}$ ,<sup>5</sup> já em Kant heteronomia, contudo a questão se remete nesta temática a cultura do qual participa o intelectualismo socrático na partilha do conhecimento, desse modo em que consiste a clareza (MUÑOZ, 2002, p. 198-199).

### Desenvolvimento

A natureza<sup>6</sup> entendida nessa perspectiva da *Kínesis* num espaço do mundo objetivo: empíricos, corpóreos, artes mecânicas, inorgânicos e materiais (*res extensa*), com o seu respectivo equivalente *Metabolé* num tempo do mundo subjetivo, ambos formam uma *teoria da constituição de um objeto*. As características formam o sujeito do conhecimento pronto limitado ao tempo e espaço na recepção do fenômeno, por causa disso, as flutuações são limitadas no tempo dentro das interpretações culturais no que diz respeito à indagação da ciência política diante da questão psicológica, pois o que muda é a nossa relação com o espaço. Assim pode ser prejudicial para muitos ou aos gênios situados fora do contexto de uma convenção dentro das fases do desenvolvimento do juízo moral da identidade do eu. A verdade em seu aspecto cultural só pode ser indicada discursivamente, portanto conduzida em linhas gerais, já “[...] ao falar de coisas que são verdadeiras apenas em sua maior parte e com base em premissas da mesma espécie, só podemos tirar conclusões da mesma natureza.”<sup>7</sup> (Ética Nicômaco, 1, 3, 250, b, 1)

Se se tomar a existência de atos volutários como um postulado que é preciso admitir para que a moralidade seja possível e, portanto, para que faça sentido, será desnecessário exigir uma prova para tanto. Bastaria admitir como um fato a existência de julgamentos morais sobre o comportamento dos indivíduos e, daí, supor como seriam realizadas as condições que os tornariam possíveis. (MUÑOZ, 2002, p. 274).

A distinção entre artes mecânicas, clareza e raciocínio direciona o leitor a observar os três aspectos no qual o homem culto pode perceber dentro do seu contexto histórico. O

---

<sup>5</sup> O termo  $\acute{\alpha}$  (*acratés*) conhecido como *acrático* ou *incontinente* refere-se a sua característica na  $\acute{\alpha}$  (*acrasia*) que é aquele que não consegue se controlar frente às paixões nem possui uma boa disposição engendradora.

<sup>6</sup> Entendido como inanimada sem alma em sua causa material e opõe-se a causa formal com alma que se distingue: na parte irracional vegetativa e desiderativa da parte racional cauculativa e científica. Contudo, a parte científica encontra-se numa teoria consensual da verdade em Habermas mediante linguagem que evidencia os limites culturais inseridos nos jogos de linguagem. Por causa disso, o científico não é propriedade do indivíduo devido ao reconhecimento público independente do contexto cultural, já que o conceito de representação deve seguir uma regra para a comunicação linguística. Assim o indivíduo em “[...] fatos, que afirmo sobre um objeto, frente a outros que podem contradizer, são *defendidos* e, em casos aplicáveis, *justificados*.” (HABERMAS, 2002a, p. 46).

<sup>7</sup> 1094b 20-25.

raciocínio refere-se ao seu entendimento sobre o investigado que exige clareza em seu mundo da vida<sup>8</sup>, mas o fator claro não é algo da arte mecânica diferente da tradição kantiana em que espaço é dinâmico na razão prática, concomitante ao tempo produz o fenômeno como acesso a clareza através do conceito num conhecimento pronto. Desse modo, os aspectos mecânicos não pensam a *universalidade da regra* por ser dinâmico, portanto a dualidade entre raciocínio e clareza faz parte dos homens cultos delimitados discursivamente pelo tempo que remete a intuição empírica de Kant.

Querer a precisão do raciocínio conduz a uma teoria da verdade ao retroagir em seu aspecto mecânico das forças fundamentais ou numa explicação dinâmica não reduzida a outros princípios primeiros (KAUARK-LEITE, 2014, p. 192). Decorrente disso, não existe história cultural sem linguagem, as leis mecânicas não são acessíveis pelo raciocínio por postular o esclarecimento como construção no tempo. As artes mecânicas é uma questão próxima da concepção do fenômeno em Kant que nega o acesso a uma razão pura como em Aristóteles. Consequentemente, sem uma filosofia que explica o funcionamento tridimensional da consciência no pensamento habermasiano através do conceito identidade do eu, esse faz uso da consciência hermenêutica, ao mesmo tempo, não nega o agir consciente que reconstrói a razão secular presente em Kant e Aristóteles, “[...] retira-se cada vez mais para suas tarefas cognitivas e, de modo bem aristotélico, compreende a teoria como caminho para o conhecimento, não para a salvação.” (HABERMAS, 2004, p. 314).

A clareza como analogia ao conhecimento torna-se necessariamente um fator racional na promoção da distinção de objetos a serem investigados numa crítica *a priori* no *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada* (2001), pois a linguagem não precede o raciocínio de uma cultura por ser concomitante ao agir consciente dos sujeitos socializados entre heteronomia e autonomia num “[...] conceito do interesse da razão já irrompe na filosofia transcendental de Kant [...]” (HABERMAS, 1987a, p. 219). Tal interesse difere numa variação dos graus de comportamento não equiparados dentro das fases do desenvolvimento do juízo moral que possuem uma sequência invariante iniciada como heteronomia para autonomia em: pré-convencional, convencional e pós-convencional<sup>9</sup>, seja no plano individual ou social segundo Kohlberg. Sem dúvida ocorre um enfraquecimento da ortodoxia transcendental kantiana<sup>10</sup>, presente na identidade do eu que retoma juntamente o

---

<sup>8</sup> Habermas em seu mundo da vida (*Lebenswelt*) encontra-se em *metabolé* que pode “[...] representar este como um acervo de padrões de interpretação transmitidos culturalmente e organizados linguisticamente.” (HABERMAS, 1987c, v. 2, p. 175-177, tradução nossa).

<sup>9</sup> Sobre as fases, ver em: (HABERMAS, 1983, p. 68).

<sup>10</sup> “Mas há várias maneiras de relativizar [...]” (BERTEN, 2013, p. 46).

conhecimento e interesse ligados a uma consciência da “[...] parte teórica da faculdade intelectual, obviamente, não poderá ser o motor da ação. Ela não se volta para nada de prático, envolvendo-se apenas com a apreensão dos primeiros princípios e com a dedução, a partir deles, de outros.” (MUÑOZ, 2002, p. 279).

Uma ação é voluntária se três condições são satisfeitas: seu princípio esta presente no agente, o agente podia, na ocasião, ter agido diversamente e ele estava ciente das circunstâncias e conseqüências de sua ação. Uma ação na qual qualquer uma dessas três condições não é satisfeita é contravoluntária [...] (MUÑOZ, 2002, p. 273).

O fato é que não existe na convenção uma teoria do conhecimento desinteressada<sup>11</sup> numa ética indubitável ou moral presente na política, certamente, conhecimento e paixão não podem ser equivalentes numa ação voluntária, pois a ciência política não oferece conhecimento acumulado dentro de critérios distintos. A resposta está na clareza que remete ao não linguístico na parte teórica da faculdade intelectual, pois “[...] aos que desejam e agem de acordo com um princípio racional o conhecimento desses assuntos fará grande vantagem.”<sup>12</sup> (Ética Nicômaco, 1, 3, 250, a, 2).

O princípio racional possui grande vantagem por tratar do acúmulo de aprendizagem, neste caso uma construção tridimensional da intuição empírica. Além disso, é importante sua clareza diante do caráter epistêmico seja no acúmulo histórico ou cognitivo, afinal deve distinguir o que se julga, se é o comportamento sem critério empírico não válido para todas as culturas ou a busca pelo conhecimento. Certamente, a intemperança será um julgamento baseado na maioria perante uma convenção política, já o aspecto epistemológico remete ao intelectualismo socrático.

O instruído baseia-se em fatos epistêmicos dentro do saber acumulado espacialmente, já que o costume possui uma crença irracional compartilhada pelos seus membros restrita ao tempo que remete a uma resignação por parte dos indivíduos perante uma convenção questionável<sup>13</sup>. Qual é o interesse pelo conhecimento? Não seria por motivos práticos,<sup>14</sup> essa

---

<sup>11</sup> O fator interessado do conhecimento nega tanto o cientificismo como fé na ciência como saber absoluto das culturas em sua linguagem mítica e imaginária, pois exige uma mudança constante da autocompreensão dentro das elaborações da teoria analítica da ciência (HABERMAS, 1987a, p. 26-27).

<sup>12</sup> 1095a 10.

<sup>13</sup> “Os mitos poderiam considerar-se então potencialmente talvez como ciência, literatura e teologia; mas entendê-los como mitos é entendê-los como não sendo ainda nenhuma destas coisas.” (HABERMAS, 1987c, v. 1, p. 95, tradução nossa).

<sup>14</sup> “Somente em *Conhecimento e interesse* ficam associadas a auto-reflexão em sentido kantiano e em sentido freudiano. Sobre isto me expliquei no mencionado epílogo de 1973. [...] Em este sentido está <isenta de interesse> - e retornamos a algo assim como à noção tradicional de razão desinteressada. Ou, ao sumo, persegue

concepção demonstra utilidade teórica da faculdade intelectual acumulada. O defeito seria de qual espécie para tal julgamento, pois a paixão faz parte da vida, logo improfícuo não é a paixão nem a ação, mas a valorização do costume num falso conhecimento que não tem objeto válido nem clareza, neste caso retoma a definição de superstição<sup>15</sup>.

É a ação que resulta da exceção e, portanto, da indeterminação. Por outro lado, uma ação voluntária resulta de causas e condições que a tornam previsível, e não da ausência de causalidade. Exceto, talvez, se dermos ao termo 'vontade' ou à expressão 'livre-arbítrio' o sentido de 'querer', 'desejo do bem' ou ainda 'desejo mais forte naquele instante' – mas que em todos estes casos será um evento causado -, esse conceito não existe em Aristóteles. (MUÑOZ, 2002, p. 416).

As três condições para uma ação voluntária, restrita ao indivíduo, possuem a mesma relação entre visão, fala e audição por ser a percepção espacial dos indivíduos unidos numa síntese para ocorrer uma ação sobre algo no mundo dentro da comunidade linguística. A superstição de certo modo evidencia o grau da ação consciente que por sua vez é voluntária, tal questão está inserida na identidade do eu nas fases do desenvolvimento do juízo moral, pois o saber acumulado estabelece uma teoria evolucionária dentro do naturalismo atenuado que considera o dualismo de linguagem numa emergência co-originária (BERTEN, 2013, p. 51, 53). O conhecimento não é uma convenção como o pragmatismo busca ultrapassar o quadro linguístico (BERTEN, 2013, p. 52). Consequentemente, a categoria do entendimento que está antes da socialização se desdobrado no espaço e tempo, ao mesmo tempo, retoma a perspectiva de *Kínesis* e *metabolé*, ambos numa perspectiva do princípio cosmológico de regulação da razão (KERSZBERG, 2014, p. 148, 151).

A razão permite o princípio do agir que se encontra nele, agir ciente das diversidades diante das circunstâncias e saber das consequências, negam um condicionamento presente no conhecimento junto às regras da linguagem, pois com o condicionamento não existiria ação voluntária que não exclui visão, audição e fala numa consciência hermenêutica. Portanto, as experiências de vida fazem a constituição do eu em cada indivíduo singular do qual participam das diversas discussões independente deles, mas o julgamento de sua interação dependerá da condição determinada culturalmente na figura do *ó*.

---

um interesse pelo exercício da reflexão transcendental mesma – e recaímos em algo assim como um interesse <puro> por explicar as pressuposições implícitas da razão.” (HABERMAS, 1989b, p. 416-417, tradução nossa).

<sup>15</sup> Superstição no sentido Iluminista tem um caráter público como o conhecimento perante o entendimento mútuo presente no nominalismo hobbesiano. “O medo dos poderes invisíveis, inventados pelo espírito ou imaginados a partir de relatos publicamente permitidos, chama-se *religião*; quando esses não são permitidos, chama-se *superstição*. Quando o poder imaginado é realmente como o imaginamos, chama-se *verdadeira religião*.” (HOBBS, 1999, p. 61).

A falta de clareza conduz ao relativismo devido ao desconhecimento, o qual é negado em Habermas mediante os universais num semitranscendental decorrente do dualismo de linguagem inserido nos limites de comunicação na teoria pragmática da significação (HABERMAS, 2004, p. 131, 239). O julgamento injusto é uma convenção com base em verdades não válidas, além de considerar o fato de que a ciência não é unitária (HABERMAS, 1987c, v. 1, p. 177, 480). A questão não está no produto a ser investigado na arte mecânica, mas nas informações pessoais ou superstições sem a distinção consciente entre heteronomia e autonomia diante do conhecimento que emerge perante uma consciência decorrente da reflexão do surgir histórico (HABERMAS, 1987a, p. 37).

O paradoxo do  $\ddot{u}$  remete a questão de verdade análogo à clareza, portanto os critérios fazem parte da investigação que direciona a duas questões: a autorrepresentação de si presente em sua própria crença equivocada segundo as suas preferências ou o critério busca universalidade na clareza, já o raciocínio abarca a utilidade do conhecimento objetivo natural acumulado historicamente independente dos contextos culturais que pode ser uma experiência de todos, não dependendo das idiossincrasias dentro da consciência histórica construída (HABERMAS, 1987a, p. 306).

O moralismo não produz conhecimento destinado à ciência política, cujo conhecimento partilhado depende da boa execução eficiente sem resvalar nas idiossincrasias culturais. “Ora, as ações belas e justas, que a ciência política investiga, admitem grande variedade e flutuações de opinião, de forma que se pode considerá-las como existindo por convenções apenas, e não por natureza.”<sup>16</sup> (Ética Nicômaco, 1, 3, 250, b, 1).

Assim, a ignorância enquanto estado positivo (nos termos anteriores) pode surgir seja da presença de uma crença falsa no agente, seja como consequência de uma inferência dedutiva não válida ou de uma indução a partir de instâncias não favoráveis e tomada como certa [...] (MUÑOZ, 2002, p. 399-400).

A ignorância é a falta de critério e distinção que pertence ao indivíduo supersticioso na falha do raciocínio, daí a necessidade de separar clareza, raciocínio e artes mecânicas das disposições culturais para evitar o equivoco diante da falta de critérios, portanto concluí-se na postura da investigação. “Evidentemente, não seria menos insensato aceitar um raciocínio provável da parte de um matemático do que exigir provas científicas de um retórico.”<sup>17</sup> (Ética Nicômaco, 1, 3, 250, a, 1).

---

<sup>16</sup> 1094b 15.

<sup>17</sup> 1094b 25.

O conhecimento evidencia-se pela sua utilidade clara não pela retórica que sem critérios torna-se falacioso, agora como posso investigar a natureza do conhecimento que passa necessariamente pela clareza. O retórico quanto o matemático usam da linguagem para entenderem-se sobre a “[...] objetividade do mundo com a intersubjetividade do entendimento entre os participantes da comunicação, suposto no agir e no falar [...]” (HABERMAS, 2002a, p. 46). O conhecimento valorizado perante as ideias são úteis perante a relatividade do tempo<sup>18</sup> das culturas, e ir além, na investigação discursiva remete a limitação cultural como compreensão mútua, pois no aspecto da natureza necessitamos que no engendramento<sup>19</sup> das nossas ações tenha um postulado de interrupção.

Entre a vontade como evento e outro evento qualquer antecedente há uma interrupção e, embora a vontade livre não seja incausada (é causada, porém não por algo diverso dela própria), ela não o é por nenhum evento que determinaria o rumo que ela deveria tomar. [...] O que há de comum em todas as alternativas é o pressuposto de que, para que uma ação possa ser voluntária, é preciso negar o princípio de que, se x é um evento, então há um y que é a causa de x (e x não é igual a y). Noutras palavras, é preciso interromper a série causal em algum lugar, seja negando que ações tenham

---

<sup>18</sup> Na *Crítica da Faculdade do Juízo* em Kant estabelece um critério de distinção entre conhecimento e cultura encontrado na “Dedução dos juízos estéticos puros” como “Elucidação e confirmação da precedente explicação do gênio” que está entre a “universalidade da regra” (Newton) e a “contingência da fantasia” (Homero). Habermas com a razão comunicativa trata da *linguagem* inserida numa lógica transcendental no mundo objetivo (dinâmico) do Kant para o mundo social devido ao uso da regra dos jogos de linguagem ao eliminar a distinção entre *coisa em si* e *aparência* (HABERMAS, 2002a, p. 41). A consciência transcendental numa contingência da fantasia como *ação* diante das transformações das crenças sociais, já o *conhecimento* como universalidade da regra no qual insere as artes mecânicas numa aprendizagem construtiva. Os diferentes jogos de linguagem de cada cultura nega uma uniformidade natural evidenciado por Habermas com base em Frege na relação dos limites da representação no espaço e tempo com a preposição entre verdade e significado. A *verdade* remete a gênese da proposição independente da *forma de representação* cultural inserida numa socialização junto aos modelos éticos *cauculativos* das imagens de mundo míticas, a perspectiva da *ação* cultural na etnopsiquiatria de Devereux que estuda a relação do comportamento social de gênero. A aprendizagem construtiva em Piaget e Kohlberg numa busca de superação das *superstições* devido à *sequência invariante* não exclui a socialização das formas de vida caracterizadas pelo uso comum das respectivas culturas de uma *forma de representação* que nega a uniformidade natural causado pelos distintos jogos de *linguagem* inseridos no plano da *contingência da fantasia*; por conseguinte, superação dessa contingência remete ao acúmulo de aprendizagem como ultrapassa as limitações culturais em relação a outras supersticiosas. O *conhecimento* está expresso em termos de linguagem por depender do uso comum do *significado* para o entendimento mútuo, dentro da uniformidade natural numa *sequência invariante* da razão prática inserida na *universalidade da regra* incluída na consciência moral de Kohlberg. Portanto, os três complexos desenvolvidos por Kant sobre a razão acabam por ter dimensões sociais na ética do discurso ao tratar do sujeito capaz de conhecimento, linguagem e ação decorrente do “segundo Wittgenstein”, pois ao eliminar a distinção entre *coisa em si* e *aparência* pelo nexos validade e estado de coisas como aceitabilidade e verdade, inclui a proposição como *categorias do entendimento* em *metabolé* na forma de princípios que desdobram-se na afiguração do tempo e as *categorias do Ser* como *kínesis* numa figuração do espaço finito que não muda suas regras (Newton) com o tempo (WITTGENSTEIN, 1999, p. 61, 67, 69).

<sup>19</sup> “A antecipação totalizadora da totalidade dos objetos da experiência possível tem uma função condutora ao conhecimento, não possibilitadora do conhecimento. Enquanto o conhecimento empírico é ‘o teste da verdade’, a ideia cosmológica desempenha o papel de um princípio metodológico da integridade; ela se refere ao objeto de uma unidade sistemática do conhecimento do entendimento. Diferentemente das categorias constitutivas do entendimento e das formas de intuição, a ‘unidade do mundo’ é uma ideia regulativa.” (HABERMAS, 2002a, p. 38).

causas (talvez porque, contendo elementos intencionais, não são eventos), seja porque as causas de suas causas não são causadas, ou porque são causadas apenas por si próprias. Essas doutrinas-tipo fazem repousar a existência de ações voluntárias na interrupção das séries causais do universo ou na irrupção de novas séries causais totalmente inaugurais. (MUÑOZ, 2002, p. 408).

O aspecto intelectualista socrático remete a faculdade teórica intelectual, tal concepção aproxima-se do Kant por meio da razão prática unida com a explicação dinamista e acrescido com a explicação mecanicista, daí decorre o conceito de autonomia que não exclui a consciência dentro da ética que vincula autores como Kant e Aristóteles<sup>20</sup>.

A interrupção da serie causal está presente nos paleossímbolos<sup>21</sup> através da síntese tridimensional dos sentidos: visão, audição e fala, ao mesmo tempo, leva aos três princípios da ação voluntária, pois essa relação de causa entre X é diferente de Y confere com a razão prática num adualismo das fases do desenvolvimento do juízo moral, mas também, com a razão teórica numa tripla síntese kantiana que inicia com a recepção do fenômeno para o surgimento da consciência que busca se qualificar através da obediência das leis morais, as quais se voltam ao universo dos seres racionais, longe dos impulsos. Portanto, com o fim da perspectiva dualista para a triplista em conhecimento, linguagem e ação, a renúncia mecanicista dos impulsos decorrente da razão teórica vincula-se a heteronomia quando se limita as idiosincrasias, sem considerar a percepção espacial pelos sentidos numa síntese tridimensional responsável pela socialização (HABERMAS, 1987a, p. 220-221).

A organização do conhecimento fica a cargo da razão teórica que integra através de um sistema rigorosamente lógico os complexos da modernidade com base nas três críticas kantianas, por isso a interrupção causal torna-se teórica diante das relações não idênticas entre aspectos: biológico, moral e simbólico presente na consciência moral e consciência hermenêutica que integra elementos diferentes. A percepção *simbólica* como visão, audição e fala responsáveis pelo entendimento mútuo que reporta ao sistema de personalidade no âmbito *moral*; ambos dependentes da *biologia*.

Sócrates ao agir com autonomia não quis ser um egoísta, mas procurou disseminar seus pensamentos que injustamente levaram-no a morte empobrecendo a humanidade. A responsabilidade do agente que podia agir de outra forma em sua escolha, ou seja, podia ter deliberado sobre consequências das suas ações não se limita muitas vezes ao próprio indivíduo, mas ao contexto que deve estar apto para tal receptividade, nesse ponto se

<sup>20</sup> A distinção dos autores: (TRENTANI, 2013, p. 81).

<sup>21</sup> “Os graus de realidade de ser e parecer, de mundo privado e público, não podem ainda ser claramente diferenciados com a ajuda dos paleossímbolos (adualismo).” (HABERMAS, 1987b, p. 52).

encontra o tema humanístico da alteridade negado no Édipo, pois sua ação foi pautada numa convenção social, logo heterônoma (MUNÓZ, 2002, p. 405). A universalidade de uma ação pode ser repetida nas mesmas circunstâncias, assim ocorre uma exemplaridade universal de uma disposição de crença<sup>22</sup> desejável para a melhor conduta, dependendo unicamente dos valores adotados pela cultura como abandono das superstições (MUNÓZ, 2002, p. 199).

Estes diferentes modos de pensamento formam uma sequência invariante, uma ordem ou curso no desenvolvimento individual. Assim como os fatores culturais podem acelerar, retroceder ou parar o desenvolvimento, não podem, contudo, mudar sua sequência. (KOHLBERG, 1992, p. 55, tradução nossa).

Nesse sentido a consciência moral de Sócrates estava na frente de seu tempo na perspectiva da sequência invariante em Kohlberg, pois a injustiça foi o resultado de uma convenção política que julgava sua moral questionadora. “O intelectualismo socrático, embora trouxesse em seu bojo alguns princípios psicológicos, em sua maior parte era essencialmente vazio e tautológico, do ponto de vista da teoria aristotélica da *akrasia*.” (MUNÓZ, 2002, p. 198). Sendo assim, *akrasia* corresponde a heteronomia por não agir de acordo com o conhecimento dentro da razão prática (HABERMAS, 1987a, p. 34).

As considerações cognitivistas em seu princípio psicológico remetem ao universo determinístico exigido pela clareza, já o raciocínio estabelece como a cultura pode ajudar ou prejudicar no desenvolvimento do gênero humano.<sup>23</sup> O intelectualismo socrático diante da razão prática deixa de ser vazio e tautológico quando age na concepção dos seres racionais, pois “*O momento kantiano* no conceito de uma síntese mediante trabalho social pode ser desenvolvida por uma teoria cognitiva de cunho instrumental.” (HABERMAS, 1987a, p. 53). Portanto, ninguém delibera sobre coisas impossíveis e necessárias da razão prática devido ao médium linguístico, por outro lado, diferem nas formas de expressão da razão teórica dentro das formas de representação. Que utilizadas corretamente sua aplicação é igual em todas as culturas, por isso a escolha determina o caráter da pessoa de praticar em sua excelência uma causalidade cognitiva eficiente dentro das fases do desenvolvimento juízo moral, a mesma reflete a relação de equidade entre os indivíduos.

---

<sup>22</sup> Pragmática universal como análise da linguagem, neste caso crença não exclui a comunicação (HABERMAS, 1989b, p. 84, 330-331).

<sup>23</sup> “O conceito estatístico de normalidade é manifestadamente inapropriado. Uma distribuição normal de traço comunicativo nada nos diz sobre as condições de normalidade das interações eficazes no tocante a socialização [...] O conceito clínico de normalidade procede do âmbito das enfermidades somáticas. Aqui, o estado meta do organismo, do que se desvia a enfermidade [...] é difícil porque nas teorias até agora disponíveis não tem permitido determinar univocamente valores meta ou valores de controle da organização psíquica.” (HABERMAS, 1989b, p. 194, tradução nossa).

A sequência invariante da consciência moral que remete ao superego numa intersecção entre Kohlberg e Freud nega a razão funcionalista, pois a parte teórica da faculdade intelectual está na relação entre *entendimento* e *razão* equivalente à *desiderativa* e *calculativa* numa racionalização do mundo da vida. Portanto, o funcionalismo reporta-se a comunicação limitada culturalmente, nesse caso não estabelece clareza nem raciocínio com base em limitações, mas com a *universalidade da regra*. Os dois aspectos relacionados estabelecem o sistema de aprendizagem dentro da clareza científica que depende da comunicação.<sup>24</sup> O sistema de aprendizagem constitui o intelectualismo socrático na sua linha epistêmica, dessa maneira forma-se uma tríplice semântica na racionalização das relações entre aspectos biológicos, morais e simbólicos responsáveis pela gênese cultural que está além da interrupção causal dentro da integração desses elementos não restritos ao X e Y, mas no trabalho social deles em conjunto com outros da mesma espécie.

O retórico em seus jogos de linguagem não pode descrever o que ocorre nos paleossímbolos enquanto fenômeno de uma construção simbólica cognitiva numa semântica intencional, pois para ser livre ele postula uma interrupção causal. Portanto, nem todos os assuntos são tratados igualmente por dependerem da linguagem, o mesmo ao matemático.

A perspectiva clássica de perceber a ideia da realidade como acesso privilegiado retira o aspecto intersubjetivo como retoma a busca pela uniformidade natural presente no imperativo categórico da ética do discurso<sup>25</sup>, pois as diferentes línguas dos povos nas formas de representação<sup>26</sup> não conduzem ao desenvolvimento, por isso a regra remete a um inteligível comum por ser igual independente das diferenças. Nesse sentido “A ideia, portanto, é a de uma propriedade que, ‘por coincidência’, está presente no objeto que serve de causa e, assim, ‘coincidentemente’ (‘por acidente’, ‘acidentalmente’) é a causa de determinado efeito.” (MUÑOZ, 2002, p. 332). Efeito que não se limita a uma identidade linguística, pois a razão prática adequada para uma forma bilíngue uniformizando a razão teórica numa perspectiva funcionalista da comunicação.

---

<sup>24</sup> O primeiro volume da “*Teoria da ação comunicativa: racionalidade da ação e racionalidade social*” nega a razão funcionalista junto com o segundo volume da “*Teoria da ação comunicativa: crítica da razão funcionalista*”, pois Freud e Mead encontram-se na primeira topografia freudiana, responsáveis pela formação linguística dos diferentes povos que seguem as regras dos jogos de linguagem da sua respectiva cultura, já Kohlberg na inteligência sensório-motora de Piaget que permite uma teoria da universalidade moral como “racionalidade da ação e racionalidade social”.

<sup>25</sup> “O modelo é o imperativo categórico de Kant, se o entendermos não como máxima de conduta, mas antes como princípio de fundamentação.” (HABERMAS, 1999, p. 55-56)

<sup>26</sup> “[...] ‘verdade’ como correspondência entre a representação e o objeto ou entre a preposição e o fato – passa ao largo do sentido cognitivo-operativo da ‘superação’ de problemas e do ‘sucesso’ de processos de aprendizagem.” (HABERMAS, 2004, p. 35).

[...] da assunção mais realista de que um sujeito que aprende a dominar duas línguas em termos ideais provém de um processo de aquisição da segunda primeira-língua com uma *identidade ampliada de forma bilingue*. O falante ampliou de tal maneira a sua compreensão do mundo e de si próprio que é suficientemente flexível para permanecer idêntico a si mesmo no processo de transição de um universo linguístico para outro distinto – e para não sucumbir ao desígnio da conversão ou até da cisão de personalidade. Uma identidade preservada de modo flexível dá-lhe a possibilidade de relacionar de tal forma as línguas e racionalidades dos seus *dois* universos de origem, o primário e o secundário, que ambos convergem para um horizonte alargado de possível compreensão. E após se ter dado esta convergência de horizontes na sua própria pessoa, o falante bilingue pode expressar as dificuldades de tradução de uma tradição para outra por meio de paráfrases *recíprocas* – inclusive numa terceira língua (HABERMAS, 1999, p. 210).

Habermas defende uma comunicação linguística que discorre através de significados idênticos numa semântica intencional e possui concordância ajuizada não percebida, pois a identidade de significados é assegurada pela intersubjetividade numa correspondência de convenção semântica, daí ser ajuizada. Nisso encontra-se a unidade social de cada povo sem prescindir da inteligência sensório-motora que não parte de uma convenção semântica, pois as diferenças partem do conceito de representação através dos símbolos linguísticos, das especificidades de cada língua nos significados idênticos que remetem as dificuldades de tradução numa determinada tradição linguística (HABERMAS, 1989b, p. 281).

A parte teórica da faculdade intelectual corresponde ao uso da linguagem devido ao sentido do símbolo linguístico (*contrafactual*) numa busca pela referência (*factual*). A linguagem como símbolo é apreendido socialmente através da comunidade linguística, dessa maneira o acordo cultural corresponde ao respectivo povo dentro do mesmo jogo de linguagem, o aspecto da faculdade teórica na relação entre raciocínio e clareza busca o factual das artes mecânicas que independe das comunidades linguísticas. Portanto, as diferentes representações culturais dos jogos de linguagem possuem limites e nega-se com isso uma uniformidade natural adualista, por isso que, “[...] não existe algo assim como intenções puras ou prévias do falante; o sentido tem ou encontra sempre uma expressão simbólica [...]” (HABERMAS, 1989b, p. 19, tradução nossa).

A objetividade do conhecimento dessa retórica não é provada com dados manipuláveis como caracteriza uma ciência em seu aspecto vantajoso independente de circunstâncias, mas a discussão possui seu valor retórico que não dispensa sua necessidade. A ideia enquanto processo de abdução<sup>27</sup> parte do uso pragmático da linguagem delimitada no espaço e no

---

<sup>27</sup> “A abdução é a forma argumentativa que aumenta nosso saber; ela constitui a regra em base da qual introduzimos novas hipóteses.” (HABERMAS, 1987a, p. 130).

tempo como referência ao ato dedutivo da percepção numa parte teórica da faculdade intelectual dentro da causalidade cognitiva eficiente. Afinal o retórico pode ser um acidental necessário justamente para um progresso científico, por isso o intelectualismo socrático não é vazio devido ao acumulo de aprendizado depender das condições culturais, tal fato não ocorreria numa perspectiva da crença privada que não respeita a universalidade da regra. Portanto, a vida encontrada na cultura não é pessoal devido ao fato da convenção semântica, que por sua vez, é compartilhado.

A isonomia caracteriza a cooperação dentro de sociedades pós-convencionais diante do descentramento dentro da universalidade moral de Kohlberg, dessa integração social como princípio de fundamentação dos sujeitos dotados de conhecimento, linguagem e ação, com as distinções entre clareza, raciocínio e artes mecânicas representam os complexos da modernidade iniciados pelas três críticas kantianas que legitimam um sujeito do conhecimento pronto. A universalidade caracteriza a uniformidade natural dentro das distinções do espaço (*kínesis*) e do tempo (*metabolé*) que permite uma relação entre sujeito e objeto presente em Kant mediado por uma identidade pura que permite a unidade do saber com a autonomia em seu agir comunicativo, que de fato, conhecimento é uma vantagem daqueles que a possuem no âmbito individual e coletivo contra aqueles que se mantêm na heteronomia cultural e agem segundo *acrasia*, pois sua regra não difere como as idiossincrasias.

O sujeito comunicativo em seu princípio lógico não dispensa o silogismo como fator do conhecimento na relação entre nome e objeto<sup>28</sup> sobre a composição da substância transformada em estado de coisas. Tal concepção, não nega a socialização responsável pela unidade social em termos linguísticos, pois os jogos de linguagem na representação dos argumentos entre sentido e referência utilizam o conceito de regra para entendimento mútuo. O entendimento kantiano<sup>29</sup> insere-se na lógica transcendental que regula a razão por

---

<sup>28</sup> A lógica clássica utilizada até Frege em sua semântica formal passa a ser reinterpretada pragmaticamente na relação entre significado (referência) e verdade (sentido) que reporta ao limite semântico da preposição (verdade ou falsidade) para uma função de representação que no lugar encontra-se o nexos entre significado e validade, pois a representação em Frege é individuada no espaço e no tempo, já a cultura está restrita na *forma de representação* como uso comum do povo em sua socialização na intersubjetividade linguística. A representação da lógica clássica por Frege não limita o pensamento universal que transforma *afiguração* das categorias do entendimento Kantiano para um sentido platônico oposto ao particular da representação individuada no espaço e no tempo das *proposições figuradas* nas comunidades linguísticas. Dessa forma, o designador rígido de um nome para um objeto dentro do silogismo aristotélico na busca do universalismo, no pensamento habermasiano, direciona-se na relação sentença e estado de coisas (SCHUMACHER, 2013, p. 196-197); veja também: (HABERMAS, 2002a, p. 72-73).

<sup>29</sup> O aspecto lógico-semântico remete ao sentido, contudo não se pode negar o uso das regras gramaticais ou mesmo das representações para comunicação, portanto “Contra o entendimento kantiano, aqui se faz valer um sentido platônico da idealização.” (HABERMAS, 2002a, p. 56).

princípios no sujeito pronto do conhecimento, em outro momento, esse age sobre uma lei moral do imperativo categórico como máximas de conduta na razão prática (HABERMAS, 2002a, p. 48-49). Nisso encontra-se a noção de autonomia empregada em Kohlberg que utiliza as três condições para uma ação voluntária<sup>30</sup> em graus pré-convencional, convencional e pós-convencional devido ao seu método de entrevistas (HABERMAS, 1989a, p. 205). Portanto, independe das diferenças culturais estudadas em Mead num uso linguístico intersubjetivo. O modelo de argumentação que implica as concepções entre identidade, termo de ligação e existência, evidência um conhecimento delimitado no tempo, pois “[...] não pode haver conhecimento que não esteja mediatizado por um conhecimento precedente. O processo do conhecimento é discursivo em todos os seus níveis.” (HABERMAS, 1987a, p. 115).

A lógica transcendental inserida no consenso duradouro isenta de coação a lógica investigativa, por outro lado, não dispensa o processo de comunicação que busca clarear a lógica do método, pois a metodologia não é restrita ao esclarecimento das construções lógicas da teoria científica<sup>31</sup> por depender da interpretação. Nesse sentido Habermas pensa cultura integrada com a linguagem que permite um entendimento mútuo como fenômeno intersubjetivo que nega a *coisa em si* em favor do estado de coisas. A verdade inclui o realismo dos universais dependente da comunicação numa uniformidade que permite o entendimento mútuo num conhecimento partilhado que independe das diferenças culturais em suas representações.<sup>32</sup> A igualdade das culturas integradas com a universalidade moral de Kohlberg numa crescente autonomia forma uma filosofia salvífica que busca antigas verdades que está em “[...] obras de interpretação realizadas por um aristotelismo de matiz hermenêutico.” (HABERMAS, 1989a, p. 27).

Na cultura encontramos o aspecto científico numa emancipação da razão comunicativa, pois a investigação das artes mecânicas possui delineamentos da pragmática

---

<sup>30</sup> Refiro-me ao método de entrevistas do Kohlberg que nega uma razão funcionalista devido a sua universalidade moral. Portanto “As regras devem ser dominadas praticamente porque, como já queria Aristóteles, os atores não mais saberiam a aplicação de suas próprias regras, sem se envolver em uma regressão ao infinito.” (HABERBERMAS, 2002a, p. 93).

<sup>31</sup> Sobre o conhecimento numa lógica de investigação integrado com a lógica transcendental que acaba na restauração do realismo dos universais, ver: (HABERMAS, 1987a, p. 110, 112-113, 125).

<sup>32</sup> Nesse contexto, as quatro causas aristotélicas funcionam como axioma numa natureza dividida em *kínesis* (inorgânica) e *metabolé* (orgânica) num naturalismo forte sem a mediação da subjetividade própria da modernidade, disso leva a construção da causalidade cognitiva eficiente. As quatro causas funcionam como saber de mundo e transformam-se em princípio dentro da faculdade teórica intelectual no uso linguístico em seu saber que funciona como designador rígido, termo criado por Kripke, como remete a compossibilidade iniciada por Leibniz; portanto, “Todas as tentativas de reconstruir um sentido material *a priori* para os possíveis objetos de referência são fadadas ao fracasso.” (HABERMAS, 2002a, p. 40).

formal.<sup>33</sup> As interpretações culturais representam abordagens sobre um mundo objetivo igual a todos, porém a concepção difere nas crenças, já no âmbito prático as regras não distinguem crenças nem linguagem por ser o mesmo mecanismo independente das formas de representação.

As intuições morais do quotidiano não precisam do esclarecimento do filósofo. Neste caso, a auto-compreensão da filosofia como uma espécie de terapêutica, tal como inaugurada por Wittgenstein, parece excepcionalmente vir a calhar. [...] com a ética do Discurso, não se ganhou ainda muita coisa para o propósito propriamente dito da ética filosófica, porque o que ela oferece é um formalismo no melhor dos casos vazio [...] (HABERMAS, 1989a, p. 121).

A questão da ação voluntária não trata do discurso vazio, mas da escolha moral como racionalização do mundo da vida na integração *desiderativa* e *cauculativa* que não exclui a linguagem como fator de realização cultural,<sup>34</sup> por causa disso, não se deve exigir precisão em todos os raciocínios por estarem dependentes da linguagem numa ética do discurso. Assim o conhecimento tem em seu aspecto produtivo uma razão prática dentro do seu contexto como possui a disposição justa presente no formalismo do melhor argumento que transforma as premissas do silogismo em estado de coisas sem restringir o argumento em nome e objeto. Desse modo, a verdade válida independe das idiossincrasias como das diferentes significações das representações culturais numa aplicação da experiência possível como realismo dos universais.<sup>35</sup> Portanto, a composição dos argumentos em *kínesis* e *metabolé* insere uma mediação da lógica transcendental como razão comunicativa devido ao mentalismo intelectual kantiano,<sup>36</sup> pois a distinção verdade e aceitabilidade acabam por ocupar o lugar da “[...] diferença entre ‘coisa em si’ e aparência.” (HABERMAS, 2002a, p. 44). Dessa integração do

---

<sup>33</sup> “Fica como terceira tarefa a de por em relação à pragmática formal com delineamentos empíricos [...]” (HABERMAS, 1989b, p. 503, tradução nossa).

<sup>34</sup> “Wittgenstein tem insistido na relação interna que existe entre a competência de seguir uma regra e a capacidade de tomar postura com um ‘sim’ ou com um ‘não’ ante a questão de ainda que um símbolo se esta utilizando corretamente, é dizer, de conformidade com a regra que rege seu emprego. As das competências são igualmente determinantes para a aquisição de uma consciência de regra; são cooriginárias, no sentido de uma gênese lógica. De modo que ainda que desenvolvemos a tese de Mead no sentido que acabo de indicar, tal tese pode entender-se como uma explicação genética do conceito wittgensteiniano de regra, tratando-se aqui primeiramente de regras para o emprego de símbolos, as quais fixam convencionalmente os significados e com ele a identidade dos significados.” (HABERMAS, 1987c, v.2, p. 36-37, tradução nossa).

<sup>35</sup> “Obviamente, a relação entre a objectividade da possível experiência e a verdade das propostas apresenta-se aqui diferente em relação às teorias de Kant. A demonstração *a priori* é substituída pela investigação transcendental das condições para, através da argumentação, se redimir as pretensões de validade que se prestem a uma possível defesa discursiva.” (HABERMAS, 2002b, p. 42).

<sup>36</sup> “Kant se movimentou em um paradigma em que não concedia à linguagem nenhum papel constitutivo para a teoria e para a prática. O mentalismo projetou a imagem de um intelecto que, seja antes construtivo ou antes passivo, prepara seus contatos com o mundo [...]” (HABERMAS, 2002a, p. 71).

espaço (*kínesis*) e do tempo (*metabolé*) corresponde ao naturalismo forte na unidade entre mundo da vida e mundo objetivo, já com a mediação do mundo subjetivo está acrescido um atenuante devido à descrição do mundo que gera a interpretação, por sua vez, essa depende da comunicação para compreensão mútua.

O mundo objetivo retratado pelas diferentes formas de representação entre as línguas naturais acabam constituindo uma compossibilidade linguística dessas formas de expressão<sup>37</sup>. Neste caso as proposições são organizadas pela razão teórica por não ser uniforme nem prático até atingir uma significação comum e universal independente do contexto cultural; dessa maneira, as diferenças conduzem para fora do possível conhecimento pronto<sup>38</sup> como da uniformidade natural sobre a objetividade de um mundo dado idêntico a todas as culturas (HABERMAS, 2002a, p. 39).

Habermas evidencia na *Teoria da ação comunicativa* (1981) como em *Para a reconstrução do materialismo histórico* (1976), que a evolução social do conhecimento nega o pronto, mas admite um mundo independente das nossas descrições linguísticas. A interpretação e a linguagem fazem parte do princípio de organização que leva ao distanciamento das estruturas normativas do mundo da vida responsáveis pela isonomia numa cooperação social.

O conhecimento compartilhado na cultura ocorre pela compreensão recíproca numa mesma forma de compreensão da regra dos jogos de linguagem, contudo o científico é um conhecimento partilhado pelos ouvintes das diferentes tradições linguísticas que não dispensa um acerto com base normativa mutuamente reconhecida. O conhecimento não privilegia o indivíduo, além de garantir uma igualdade que independe dos distintos jogos de linguagem das culturas em seus fios intersubjetivos que ferem a uniformidade natural, mas também de resgatar uma teoria do reconhecimento que não se restringe entre sujeitos, mas acrescenta as culturas, pois ambos usam em seu interior as quatro pretensões de validade correspondentes: compreensibilidade, verdade, sinceridade e acerto (HABERMAS, 2002b, p. 12-13). Dessa forma ocorre uma separação entre o aspecto *cauculativo* que pertence ao indivíduo dentro das interpretações culturais e o científico no uso público da cultura num reconhecimento social mediante linguagem, pois o *cauculativo* não parte da integração da fala, visão e da audição. Por esse motivo, conduz ao aspecto dominante da socialização que não permite um corte histórico de progresso como “[...] não existem cortes objetivos comparáveis no caso da

<sup>37</sup> (WITTGENSTEIN, 1999, p. 62-63).

<sup>38</sup> “O velho Frege era da concepção de que a arquitetônica mentalista de dois mundos, segundo a qual o mundo objetivo dos objetos se contrapõe a um mundo subjetivo das representações, poderia ser completada através de um terceiro mundo, e absolutamente ideal, o mundo das proposições.” (HABERMAS, 2002a, p. 74).

existência histórica de uma sociedade, a qual transcende as gerações e, em alguns casos, as épocas.” (HABERMAS, 1983, p. 25).

### **Considerações finais**

As sociedades inclusivas são consideradas pós-convencionais em Kohlberg devido ao descentramento, já as pré-convencionais e convencionais são tradicionais e excludentes dentro das fases do desenvolvimento moral, portanto a postura intelectualista de Sócrates torna-se pós-convencional. A questão entre coação e cooperação remete aos indivíduos livres e iguais perante uma isonomia estabelecida nas relações de cooperação, contudo nas relações de coação não permitem equidade decorrente das idiossincrasias. O sistema de aprendizagem fez de Sócrates uma personalidade histórica que gerou consequências positivas ao mundo grego e ocidental, nesse sentido a cultura dominante propicia essa possibilidade de desenvolvimento da consciência moral desde que não se tenha nenhum impedimento.

A justiça deve preservar a liberdade de pensamento que não equivale à injúria que alguém possa cometer, pois o conhecimento não se reporta a pessoa em específico nem a grupos, e sim, a cultura, sem excluir a socialização dos seus membros que permite entendimento mútuo sobre algo no mundo público. Quando se reporta aos povos com sua cultura encontra-se a superstição numa crítica dos hábitos e a falta de critério perante eticidade, a qual nega os critérios do conhecimento, em favor dos costumes inquestionáveis, ou seja, idiossincrasias que não respeitam a isonomia. Consequentemente, exige entre os povos uma teoria do reconhecimento dentro das moralidades discordantes sobre os objetos discutidos.

A objetividade desse conhecimento numa investigação pertence à cultura que solicita clareza do indivíduo em sua faculdade intelectual presente no sistema de aprendizagem como da cultura dos membros que verificam sua validade, já o raciocínio vai depender do grau da causalidade cognitiva eficiente que possui interrupção na integração causal. Na ação voluntária Sócrates foi condenado pela convenção política no qual esses não tinham clareza sobre o conhecimento partilhado e o bem histórico que ele realizou; o jovem Édipo errou pela escolha ao desvalorizar a vida sem buscar pelo conhecimento, portanto conhecimento independe de valores culturais, mas seu uso é uma questão ética perante seres racionais.

Assim as atitudes políticas foram justificadas pelo argumento da ação justa e bela<sup>39</sup> sem critério correto, pois o conhecimento verdadeiro não permite flutuações por ter objeto

---

<sup>39</sup> Sócrates foi condenado por questionar as superstições da época, sem isonomia nem a liberdade de expressão, foi lhe negado a sua autonomia que permitiu fazer a diferença, portanto a convenção determina quem é a medida

claro em sua busca por evidências num mundo objetivo para todos. Decorrente disso, a não limitação ao aspecto da arte mecânica dentro de um mundo objetivo igual para todos leva a promover a clareza justamente para desenvolver o raciocínio. De certa maneira, não se pode querer a precisão em todos os raciocínios numa separação entre justo e bom para promover a distinção da complementaridade entre direito e moral, devido a que, as atitudes políticas justas e belas podem reportar ao valor ou a norma sem a devida clareza.

A concepção valorativa, por exemplo, destina-se a vida não estimada por Édipo ou factíveis que condena Sócrates pela sua postura pública de compartilhar o conhecimento, não contra a norma, no qual se submete e acaba por evidenciar uma falta de isonomia. O conhecimento partilhado tem como *médium* a linguagem adquirida no processo de socialização e sua objetividade independente da cultura, esse *médium* infere-se ao sentido quando remete ao acordo em concepções de gênese cultural e a referência ao realismo dos universais em sua aplicação entre argumentos *contrafactuais* e *factuais* na razão comunicativa.

A igualdade das culturas encontra-se na idealização totalizadora do espaço (*kínesis*) e do tempo (*metabolé*), sem a *coisa em si*, a verdade tornou-se o seu substituto discursivo e a aparência uma aceitabilidade, na qual realidade e crença dependem da interpretação do sujeito ou da cultura. Nessa perspectiva, o conhecimento ocupa lugar na linguagem junto às categorias do *ser* presente no silogismo,<sup>40</sup> e as concepções conceituais acabam na origem cultural como pano de fundo dos pensamentos e acordos das diferentes expressões linguísticas contidas nas representações culturais. Tal questão leva a distinção entre saber linguístico e saber do mundo, sem exigir precisão em todos os raciocínios conduz a uma uniformidade na integração do mundo subjetivo com o mundo objetivo, permite dizer que os limites da linguagem significam limites do mundo; conseqüentemente, do conhecimento (HABERMAS, 2002a, p. 98).

A semântica por ser uma subárea da linguística essa analisa cada língua em condições de ser uma língua universal, pois essa possui como premissa a unidade interna de linguagem e o pensamento limitado ao signo como saber da linguagem; já a hermenêutica não analisa a língua por buscar a gênese do conhecimento num signo como principio do saber de mundo, pois busca ir além da semântica restrita ao signo sem interpretação, assim estabelece a

---

de todas as coisas, além do nível cultural, pois comportamento vinculado ao conhecimento deve ter um sentido utilizarista em seu aspecto vantajoso contra as idiosincrasias.

<sup>40</sup> “[...] ser é identificado com ‘possibilidade de se conhecer’, a categoria de uma coisa-em-si fica desprovida de sentido: ‘Não possuímos conceito algum daquilo que é absolutamente incognoscível’.” (HABERMAS, 1987a, p. 117).

distinção dos seres racionais perante o mundo objetivo. “Desta maneira a antecipação idealizadora de Kant da totalidade do mundo é transferida do mundo objetivo para o mundo social.” (HABERMAS, 2002a, p. 60).

## Referências

ARISTÓTELES. *Tópicos; Dos argumentos sofisticos; Metafísica; Ética a Nicômaco; Poética*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural: Victor Civita, 1973, p. 250. (Os Pensadores).

BERTEN, A. O naturalismo de Jürgen Habermas e de Philip Pettit. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, p. 45-66, 2013. Edição especial.

BROOK, A. Kant and cognitive science. *Estudos kantianos*, Marília, v. 2, n. 2, p. 61-78, Jul./Dez., 2014.

\_\_\_\_\_. *Comentários à ética do discurso*. Tradução de Gilda Lopes da Encarnação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

\_\_\_\_\_. *Conhecimento e interesse*. Tradução de José N. Heck. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987a. Tradução de: Erkenntnis und interesse.

\_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a. Tradução de: Moralbewusstsein und kommunikatives handeln.

\_\_\_\_\_. *Dialética e hermenêutica*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Porto Alegre: L&PM, 1987b.

\_\_\_\_\_. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Racionalidade e comunicação*. Tradução de Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Teoria de la accion comunicativa*. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987c, 2 volumes.

\_\_\_\_\_. *Teoria de la accion comunicativa: complementos y estudios previos*. Tradução de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Cátedra, 1989b.

\_\_\_\_\_. *Verdade e justificação*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Tradução de Lúcia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002a.

HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999. (Os pensadores)

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Marujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Tradução de: Kritik der reinen vernunft.

KAUARK-LEITE, P. Ciência empírica, causalidade e razão suficiente em Kant. *Estudos kantianos*, Marília, v. 2, n. 2, p. 183-200, Jul./Dez., 2014.

KERSZBERG, P. Kant et le principe cosmologique. *Estudos kantianos*, Marília, v. 2, n. 2, p. 139-154, Jul./Dez., 2014.

KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Tradução de Asun Zubiaur Zárate. 2. ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1992.

MUÑOZ, A. A. *Liberdade e causalidade: ação, responsabilidade e metafísica em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.

SCHUMACHER, A. A. A abordagem pragmático-formal do significado em Habermas. In: MARTINS, C.A.; POKER, J.G.B. (Org.) *Reconhecimento, direito e discursividade em Habermas*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2013, p. 175-245.

TRENTANI, F. La concretezza dell'esperienza morale nella filosofia pratica di Kant. *Estudos kantianos*, Marília, v. 1, n. 1, p. 81-104, Jan./Jun., 2013.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999. (Os pensadores)

## INTERSECTION BETWEEN KNOWLEDGE AND LANGUAGE IN HABERMAS

### Abstract

Knowledge in the habermasian thinking is indissoluble with socialization and truth within logical discourse in the language community, which reports to an approach to the phases of development of moral conscience in the identity of the Self. This view suggests a thematic analysis about Habermas (1989a , p. 27) on the question of saving philosophy, which is integrated in a conception of knowledge in the tradition Kantian started in the Transcendental Aesthetic, the Critique of Pure Reason to Aristotle Book 1, 3, 250, of the Nicomachean Ethics. How could be the possible relationship between Kant and Aristotle on Understanding (Verständigung) as an approximation? In this sense the Understanding occurs in a determined form of identic linguistic expression between two listeners who understand of the same way the meaning in a rule or aim to an accuracy of expression that allows an agreement which should be mutually recognized of same culture, or the correction of expression in relation to different language communities in search of a bilingual identity. Thus the article analyzes the works of Habermas, in view of the question of the relationship between knowledge, language and scientific universality.

**Keywords:** language; Knowledge; Consciousness; Culture